



# PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CUT 40 ANOS  
LUTA, DIREITOS E DEMOCRACIA QUE TRANSFORMAM!  
Vidas!

CONTRAF

FETECPR  
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE CRÉDITO DO PARANÁ CUT

## Saúde Caixa

# Banco apresenta proposta e Comando indica aprovação

Após um longo período de negociações, a representação dos empregados da Caixa Econômica Federal conseguiu fazer com que o banco apresentasse uma proposta plausível para o Acordo Coletivo específico sobre o Saúde Caixa. Na reunião de quarta-feira, 22/11, a Caixa propôs a manutenção do percentual de contribuição dos titulares de 3,5% sobre a remuneração base, com valor fixo de R\$ 480 por dependente. Também reduziu o teto de 10%, previsto na proposta anterior, para 7% da remuneração. Como queriam o Comando Nacional dos Bancários e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, a proposta preserva os princípios da solidariedade e do pacto intergeracional. Para a funcionária da Caixa e diretora do Pactu em Umuarama, Maria Cristina Ramos, a proposta não penaliza os empregados de menor salário e os mais idosos, além de equilibrar o custeio do plano para que seja sustentável para todos e impedir a saída de usuários. A Contraf-CUT avaliou que proposta foi a melhor possível e o Comando Nacional dos Bancários indicou aprovação. [Clique aqui!](#)

### Proposta de custeio para 2024 (teto de 7%)

	RB	Valores atuais			Proposta		
		Titular	1Tit + dep.	1Tit + 2 dep.	Titular	1Tit + 1 dep.	1Tit + 2 dep.
TB	R\$ 3.762	R\$ 131	R\$ 147	R\$ 162	R\$ 131	R\$ 263	R\$ 263
CAIXA	R\$ 6.710	R\$ 235	R\$ 262	R\$ 289	R\$ 235	R\$ 470	R\$ 470
Assistente de Rede	R\$ 10.267	R\$ 359	R\$ 400	R\$ 441	R\$ 359	R\$ 719	R\$ 719
Aposentado (a)	R\$ 12.000	R\$ 420	R\$ 468	R\$ 516	R\$ 420	R\$ 840	R\$ 840
Gerente PF	R\$ 16.040	R\$ 561	R\$ 626	R\$ 690	R\$ 561	R\$ 1.041	R\$ 1.123
Gerente Geral	R\$ 24.553	R\$ 859	R\$ 958	R\$ 1.056	R\$ 859	R\$ 1.339	R\$ 1.719
Gerente Executivo	R\$ 28.298	R\$ 990	R\$ 1.104	R\$ 1.217	R\$ 990	R\$ 1.470	R\$ 1.950
Gerente Nacional	R\$ 37.580	R\$ 1.315	R\$ 1.466	R\$ 1.616	R\$ 1.315	R\$ 1.795	R\$ 2.275

## BB e Caixa

# Definidos os candidatos a Delegados Sindicais no Pactu

Os sindicatos do Pactu divulgaram esta semana os nomes dos candidatos a Delegados e Delegadas Sindicais da Caixa e Representantes Sindicais do Banco do Brasil. As eleições ocorrerão nos dias 28 e 29/11. Vale lembrar que os Delegados Sindicais e os Representantes Sindicais de Base representam a entidade sindical no local de trabalho. São eles/elas que fiscalizam o cumprimento da Convenção e dos Acordos Coletivos e levam ao conhecimento do Sindicato as demandas dos bancários e bancárias. Confira, na coluna ao lado, a relação dos candidatos:

### PARANAVAI

Caixa/Agência Colorado: Edilson Luiz Ribeiro de Freitas  
Caixa/Agência Loanda: José Roberto da Silva e Leila P. Leite Scaliante  
Caixa/Agência Nova Londrina: Ivan Luiz Miguel  
BB/Agência Paranavaí: Adailton Luiz Tino Cesca e Tathiani Barbara S. Gonçalves

### CAMPO MOURÃO

Caixa/Agência 3847: Celiomar Robert Pinto  
Caixa/Agência 0386: Ercio Nicola  
Caixa/Agência 7471: Everton Luiz H. S. Vignoto  
BB/Agência 0406: Evandro Luis Krul

### UMUARAMA

Caixa/Agência 0570: José Carlos Françolin  
BB/Agência 0645: Vagner Alcântara

### TOLEDO

BB/Agência Palotina: Claudete de Souza

## Santander

Avanço tecnológico ignora empregados e clientes



Os representantes da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander ficaram muito preocupados com a apresentação realizada pela presidenta mundial do banco espanhol, Ana Botín. Enquanto ela destacou os avanços nos resultados e nos investimentos em tecnologia, o movimento sindical observou a ausência de consideração com os trabalhadores e suas condições de trabalho. "O Santander busca se posicionar como líder tecnológico global, mas não se preocupa com a proteção dos empregos e condições dignas de trabalho", denuncia a COE. Outro desrespeito é a falta de escolha para os clientes, que são direcionados para plataformas digitais sem alternativas. [Clique aqui!](#)

## COE Santander negocia programa de metas



Representantes dos trabalhadores e do Santander reuniram-se no Grupo de Trabalho de Saúde, para discutir o cumprimento da cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho. Um dos problemas apresentados pelos empregados é que as metas são estabelecidas semestralmente, mas são monitoradas e cobradas mensalmente. A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander relatou que há muitas denúncias por parte dos funcionários, apontando que muitas vezes há alteração das metas antes do fechamento do mês. Como não houve consenso, a COE cobra o agendamento de novas negociações. [Clique aqui!](#)

Bancos eliminam posto de trabalho pelo 12º mês consecutivo  
[Clique aqui!](#)

# Contribuição negocial é constitucional e legítima



Considerando recente decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Contribuição Sindical, a CUT e demais centrais sindicais elaboraram um documento conjunto sobre o assunto. O STF deixou claro que a contribuição negocial difere totalmente do imposto sindical, extinto na Reforma Trabalhista de 2017. A contribuição não é obrigatória e destina-se a cobrir despesas decorrentes de um processo negocial em prol dos trabalhadores. Ao contrário do que a grande mídia divulga, não se trata do retorno do imposto sindical, mas de uma cobrança que, segundo o STF, é "constitucional e legítima". O termo de autorregulação da contribuição negocial elaborado pelas centrais sindicais esclarece vários pontos e orienta trabalhadores, trabalhadoras e sindicatos sobre a contribuição. Para acessar o documento completo, [clique aqui!](#)

Contraf-CUT participa de campanha global pelo fim da violência contra as mulheres [Clique aqui!](#)



## Portaria sobre comércio nos feriados será revista

**Marinho: "O interesse da portaria é colocar nos eixos a validade da negociação coletiva"**

Numa decisão conjunta, tomada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, centrais sindicais e empresários, haverá uma revisão na portaria que regulamentou a atividade do comércio em feriados. Já foi marcada, inclusive, a primeira reunião, que será na próxima quarta-feira, 29/11, entre representantes do governo, dos empresários e da classe trabalhadora. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a portaria ficará suspensa por 90 dias, período suficiente para se chegar a um acordo negociado sobre o tema. Esse acordo, conforme Marinho, precisa contemplar interesses dos trabalhadores e das empresas, com segurança jurídica e considerando a diversidade de situações. [Clique aqui!](#)

## Reforma Tributária

Entidades pressionam por justiça social



A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o projeto de lei para tributar as offshores (empresas de brasileiros localizadas em paraísos fiscais) e os fundos dos super-ricos. O texto segue para o Plenário, mas ainda não há data para votação. Enquanto isto, cresce a mobilização por uma Reforma Tributária que traga justiça social de fato ao país. A Contraf-CUT e mais de 70 entidades estão reforçando a cobrança por uma taxa efetiva sobre os super-ricos. As entidades querem um imposto progressivo, que deixe de onerar de forma abusiva os mais vulneráveis e passe a cobrar imposto de produtos de luxo, como helicópteros e iates, hoje isentos. A Contraf-CUT também defende o fim da isenção de impostos sobre os lucros e dividendos e da dedução para juros de capital próprio. Outra proposta é isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil, já que essa parcela de trabalhadores paga proporcionalmente mais do que os ricos nos impostos sobre consumo. [Clique aqui!](#)

## Pejotização avança e preocupa

A famigerada Reforma Trabalhista realizada em 2017, pelo governo Temer, deixou uma série de prejuízos à classe trabalhadora. Um deles foi a liberação da terceirização de forma ampla, ou seja, de todas as atividades de uma empresa. Chancelada, à época, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão possibilitou às empresas contratar trabalhadores como prestadores de serviços, por meio de empresas individuais. Desde então, muitas empresas têm sido condenadas em ações na Justiça do Trabalho, por fraude em contratações trabalhistas. O que preocupa é uma enxurrada de recursos movidos por empresas no STF, para garantir a contratação de funcionários sem precisar assinar a carteira de trabalho. Especialistas afirmam que, ao acolher essas reclamações, o STF confunde terceirização com fraudes na relação de emprego, além de diminuir o papel da Justiça do Trabalho, de verificar caso a caso a situação dos empregados. [Clique aqui!](#)